

ACM NÃO RECUA. NEM FHC



“NUM MOMENTO DE CRISE, O GOVERNANTE TEM DE BUSCAR APOIOS E UNIR O PAÍS. SE NÃO FIZER ISSO, FICA ISOLADO, NUM PROCESSO AVASSALADOR. É SÓ, DIANTE DE UMA CRISE DESSAS, O GOVERNANTE SÓ TEM DOIS CAMINHOS: A DITADURA, QUE NÃO VOU SEGUIR. OU A QUEDA. E EU TAMBÉM NÃO QUERO CAIR”

Fernando Henrique

“AGORA, MESMO QUE NÃO HAJA ALTERNATIVA, EU SOU CONTRA. SOU CONTRA O AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA. NÃO É UMA QUEDA DE BRAÇO, TENHO OPINIÃO PESSOAL E NÃO ABRO MÃO. ESTOU CONVENCIDO DE QUE ISSO NÃO DEVE PASSAR. NÃO ME INCOMODO DE PERDER, MAS QUERO PERDER AO LADO DO POVO BRASILEIRO”

Antonio Carlos Magalhães

O presidente Fernando Henrique resolveu jogar duro para preservar as medidas do pacote de ajuste fiscal e acabou provocando um confronto com o Congresso, especialmente com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O presidente reiterou apoio integral ao pacote e partiu para o ataque contra os que defendem a mudança de itens impopulares. Em discurso no Planalto, Fernando Henrique disse que aqueles que pretendem retirar o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física do pacote não pensam nos interesses da população mais pobre.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que tem se manifestado publicamente contra o aumento, reagiu imediatamente à crítica do presidente e reafirmou que continuará contra a medida provisória do IRPF, mesmo que a equipe econômica não encontre outra alternativa. Ele reafirmou que está cada vez mais convencido de que essa medida não passa no Congresso. À noite, os dois tiveram uma conversa, mas Antonio Carlos insistiu em apresentar ao presidente uma nova alternativa, que prevê aumento de dois pontos percentuais na alíquota de imposto sobre produtos supérfluos importados.

No discurso de ontem de manhã, Fernando Henrique afirmou que o governo não vai recuar na determinação de implementar uma política voltada para a parcela mais pobre da população. E condenou enfaticamente a atitude dos que tentam distorcer as medidas do pacote. “Todas as vezes que, no Brasil, se quer atender aos mais pobres, os mais ricos gritam, como se fosse em nome do povo, para impedir que se mude as coisas e dizem: ‘Não. Estão tocando no bolso do povo.’ Não é do povo, é deles, dos que mais têm. Mas nós vamos insistir na linha de atender aos que mais necessitam e não aqueles que, por já terem, têm mais capacidade de falar, de ir à televisão, para o rádio, para a imprensa e até para o Congresso Nacional para protestar com mais veemência, enquanto a maioria que necessita não tem ainda os recursos de mobilização”, disse Fernando Henrique.

O desabafo público pela manhã foi menos veemente que a preocupação

manifestada pelo presidente na noite anterior, quando recebeu a cúpula do PMDB no Palácio da Alvorada. Depois de ser comunicado da decisão de ter sua candidatura apoiada pelo partido, Fernando Henrique fez um discurso de 30 minutos para os presentes, entre eles o presidente da Câmara Michel Temer (PMDB-SP). Os parlamentares presentes ficaram impressionados com o estado de ânimo do presidente, que não escondeu estar assustado com os efeitos da globalização econômica, mas mostrou extrema disposição de brigar para preservar os meios institucionais de combate a atual crise. Ele confessou estar disposto até mesmo a rever seu programa de metas, mas inflexível com o pacote de medidas anunciado no início da semana.

“Num momento de crise como esse, o governante tem de buscar apoios e unir o país. Se não fizer isso, fica isolado num processo avassalador. E só, diante de uma crise dessas, o governante só tem dois caminhos: a ditadura, que não vou seguir. Ou a queda. E eu também não quero cair”, desabafou Fernando Henrique, dizendo-se aliviado com o apoio do PMDB.

ANDAR LIVRE PELAS RUAS

Num dia de ânimos acirrados e muita troca de farpa, em conversas reservadas Antonio Carlos Magalhães mostrou irritação e disposição de desafiar o Planalto. Segundo parlamentares, ele chegou a dizer que defendia a alternativa ao aumento do Imposto de Renda porque, ao fazer seu papel, pode andar livremente nas ruas. Mais tarde, em uma entrevista coletiva, procurou minimizar as declarações de Fernando Henrique. Disse que não considerou as declarações uma crítica pessoal. E ressaltou que os dois se respeitam.

A amigos, o senador deixou clara sua irritação, afirmando que não costuma recuar em suas posições e que está fazendo isso em defesa do povo brasileiro. Publicamente, o senador disse que está otimista com a possibilidade de o Governo encontrar uma alternativa. Afirmou até que não se incomodaria de perder desde que es-

tivesse ao lado do povo brasileiro. O tom de desafio do dia anterior gerou a Antônio Carlos Magalhães uma série de encontros hoje: primeiro com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Pedro Parente, e depois com o próprio Fernando Henrique, com quem tinha conversado na noite de quarta-feira.

“Quem manda no país é o presidente. Quem manda na Câmara, são os 513 deputados. Quem manda no Senado, eu não sei”, respondeu o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), que anunciou para a próxima semana a chegada ao Congresso da MP que define o aumento do IR. Segundo o líder, a MP vai ser votada rapidamente para acabar a polêmica.

Não apenas ACM sentiu-se atingido. Os principais líderes do PFL e do PMDB — partidos que buscam alternativas ao aumento do imposto — reagiram duramente às palavras do presidente. “O presidente não tem o monopólio do patriotismo. Nós temos todo o direito de criticar pontos do pacote e oferecer alternativas melhores”, reagiu o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), chegou a telefonar para Fernando Henrique Cardoso para esclarecer as acusações. Temer assumiu uma postura mais reticente, evitando o confronto.

“As correções necessárias têm que acotecer através do convencimento junto ao Governo. Quem tem de brigar com o Governo é a oposição, não os aliados. Brigar agora é enfraquecer o presidente, quando ele precisa mais ser fortalecido”, disse Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE) também reagiu às declarações do presidente. “A carapuça não me serviu. Não sei quem o presidente queria atingir, mas a sua frase não foi feliz”, disse Inocêncio. O presidente do partido, deputado José Jorge (PE) avalia que, sem o apoio do PFL, o governo não tem chance de aprovar o pacote. “Se o aumento do imposto não tem simpatia nem do Senado e do presidente Antonio Carlos, que tanto ajudam o governo, não

é na Câmara, onde há sempre mais obstáculos, que isso passará”, disse. Jorge defende a diminuição da contribuição das estatais aos fundos de pensão de seus funcionários como alternativa ao aumento de imposto.

Na avaliação dos líderes do PMDB e do PFL, a discussão pontual do pacote faz parte das atribuições do Congresso e não pode gerar reações negativas das bolsas de valores, como quer fazer entender o governo. “Não acredito que uma conversa aqui no Congresso faça tão mal aos humores das bolsas. Nós vamos continuar discutindo e buscando encontrar as melhores soluções para o país”, afirmou Geddel.

No PSDB, que adotou como tática o apoio integral ao plano, o elemento gerador do confronto entre o Executivo e o Legislativo não foram as frases do presidente hoje, mas a determinação demonstrada por Antonio Carlos Magalhães na quarta-feira no sentido de alterar o pacote, mesmo que isso não fosse recomendado pela equipe econômica do governo.

Alguns aliados do Governo mostraram preocupação com radicalização de ânimos, afirmando que a hora é de solidariedade ao Governo e não o contrário. O presidente Fernando Henrique disse a alguns amigos que não havia gostado das declarações do senador, o qual teria ficado chateado por não ter participado dos debates sobre o pacote. Antonio Carlos, por sua vez, disse que a conversa por telefone com o presidente tinha sido muito “boa e cordial”. Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou a convocação para terça-feira dos ministros Pedro Malan e Antônio Kandir, além do presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Na conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso ontem à noite, o presidente do Senado sugeriu o aumento da alíquota do Imposto das Importações (II), principalmente dos produtos supérfluos, como alternativa ao aumento do Imposto de

Renda de Pessoa Física. O Brasil já entrou em acordo com os outros países do Mercosul para aumentar em três pontos percentuais as alíquotas do II.

Antonio Carlos Magalhães disse que esse aumento suplementar de dois pontos percentuais seria possível arrecadar R\$ 1,2 bilhão, exatamente o valor que o Governo quer conseguir com o aumento da IR. Fernando Henrique disse que enviará ao Congresso todas as Medidas Provisórias do pacote econômico, inclusive a que aumenta a alíquota do IR, e que ficará a cargo do Congresso fazer as alterações que achar necessário.

O presidente disse, segundo Antonio Carlos Magalhães, que aceita uma alternativa melhor que a mudança no IR, desde que o objetivo do pacote econômico não seja alterado. O senador mostrou confiança de que será encontrada uma alternativa, já que Fernando Henrique aceitou que o Congresso altere as medidas. O encontro serviu para Fernando Henrique manter, publicamente, sua posição de não mudar o plano e, de outro lado, para o presidente do Senado firmar sua posição.

Antonio Carlos Magalhães disse que está otimista que se encontrará uma saída para a questão do IR e que continua irredutível na sua oposição à proposta. Fernando Henrique pediu agilidade na aprovação das dez Medidas Provisórias que fazem parte do plano econômico. Antonio Carlos acredita que o Congresso tem condições de aprovar as medidas provisórias em até 25 dias.

Por intermédio de seu porta-voz, o embaixador Sérgio Amaral, Fernando Henrique negou, durante a tarde, que teria se referido ao Congresso quando, pela manhã, reclamou dos críticos do pacote. Amaral também reiterou a preferência do Governo pelo reajuste do IRPF, mas admitiu que a medida terá de ser aprovada pelo Congresso, soberano para decidir se aceita ou não a proposta feita pela equipe econômica.

Uma proposta, aliás, que ainda não foi formalizada. Segundo o porta-voz, a Receita Federal ainda está analisando tecnicamente o texto do projeto de lei ou medida provisória que definirá o aumento do imposto de renda e a redução das deduções.

“O presidente tem conversado com

vários líderes partidários e tem encontrado boa vontade em relação ao imposto de renda, que é o instrumento da preferência do Governo. Por enquanto, o Governo ainda não encontrou uma alternativa melhor e dentro do seu objetivo, que é o de não afetar a população mais pobre”, disse Amaral.

CORTE NA PUBLICIDADE

O corte orçamentário vai atingir os gastos do Governo em publicidade. O presidente Fernando Henrique Cardoso já determinou ao secretário de Comunicação da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, um estudo minucioso dos projetos do Palácio do Planalto e de toda a Esplanada dos Ministérios, com o objetivo de detectar os programas considerados indispensáveis e os que poderão ser eliminados.

Por enquanto, não há uma definição sobre o percentual do corte, que atingirá o orçamento dos últimos dois meses deste ano e de todo exercício de 1998, ano eleitoral, e não poupará o programa Brasil em Ação, carro-chefe do Governo. Sérgio Amaral, que acumula a função de porta-voz da Presidência, adianta apenas que a redução dos gastos será substancial. “A ideia do corte já estava implícita, mas o presidente pediu justamente para avaliar a situação de cada ministério, em vez de dar um corte linear que pode prejudicar necessidades reais, como, por exemplo, do Ministério da Saúde”, disse o porta-voz.

Na próxima semana, Sérgio Amaral vai se reunir com os chefes das áreas de Comunicação Social de cada um dos ministérios para discutir a situação. Também por orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso, secretário fará a sugestão de cortes às empresas estatais. Sérgio Amaral enfatiza, no entanto, que o Governo não pode interferir na decisão dessas empresas, responsáveis pela maior parcela de gastos. No ano passado, a verba para publicidade chegou a R\$ 475 milhões, sendo R\$ 360 milhões para as estatais. “Em se tratando de estatais, a decisão não é do Governo, mas da diretoria das empresas”, explicou.